O conceito de representação inconsciente em Kant e Wolff¹

Aline Brasiliense dos Santos Brito²

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a concepção de Kant e Wolff acerca da representação inconsciente, assim como analisar a referência crítica de Kant a Wolff no que diz respeito a alguns conceitos, como de "nota" e a "divisão das faculdades" entre inferiores e superiores com base no critério clareza-obscuridade. Wolff estabelece a dicotomia claro-obscuro e concebe a representação inconsciente como uma representação obscura pouco iluminada pela claridade da consciência. Kant mantém essa distinção de Wolff, porém, com relação ao conceito de obscuro, e ampliará seu alcance para o âmbito teórico, prático e estético.

Palavras-chaves: Representação. Inconsciente. I. Kant. C. Wolff. Obscuro. Claro.

The concept of unconscious representation in Kant and Wolff

Abstract: This article aims to present the conception of the unconscious representation in Kant and Wolff, as well as to analyze the critical reference of Kant to Wolff with regard to some concepts, such as "note" and "division of powers (of cognition)" between the lower and the upper on the basis of the clarity-obscurity criteria. Wolff establishes the clear-obscure dichotomy and conceives of the unconscious representation as an obscure representation dimly lit by the light of consciousness. Kant maintains that the Wolffian distinction with respect to the concept of the obscure, however, extends its reach to the theoretical, the practical and the aesthetic context.

Keywords: Representation. Unconscious. I. Kant. Wolff. Obscure. Clear.

¹ Recebido em 15/08/2016 e aprovado em 01/03/2017.

² Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: alinebrasiliensedebrito@hotmail.com.

El concepto de representación inconsciente en Kant y Wolff

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la concepción de Kant y Wolff acerca de la representación inconsciente, así como también analizar la referencia crítica de Kant a Wolff en lo que respecta a algunos conceptos, como el de "nota" y la "división de facultades" entre inferiores y superiores a partir del criterio de claridad-oscuridad. Wolff establece una dicotomía claro-oscuro y concibe la representación inconsciente como una representación oscura, poco iluminada por la claridad de la conciencia. Kant conserva la distinción de Wolff; sin embargo, con relación al concepto de oscuro, ampliará su alcance al ámbito teórico, práctico y estético.

Palabras-clave: Representación. Inconsciente. I. Kant. C. Wolff. Oscuro. Claro.

Introdução

O conceito de inconsciente na filosofia de Kant e Wolff constitui um tema de estudos recentes, que procuram situar a importância da teorização destes autores para a genealogia deste conceito. Embora um inconsciente enquanto conceito se concretize mais propriamente em Freud, em filósofos como Leibniz, por exemplo, ele já se fazia presente enquanto uma "percepção inapercebida" (LEIBNIZ, 1983, p. (RUIZ, 2000, p. 7) 106), a ponto de certos comentadores situarem nisto uma teorização acerca de um "inconsciente cognitivo" (GÖDDE, 1999, p. 29). Mas em Wolff e Kant este conceito ganhará cada vez mais relevância, enquanto conceito autônomo³ e efetivamente ativo.

A existência de representações inconscientes (unbewusst), sem consciência (nicht bewusst) ou obscuras (dunkel) é apontada, além de outras obras, na Crítica da razão pura, onde Kant, ao dividir o gênero da representação, situa a representação com consciência apenas como uma espécie, deixando implícita a pressuposição de um possível gênero diverso, a das representações "sem consciência", conforme destaca Rohden (2009, p. 3). Mas será na Antropologia de um ponto de vista pragmático

³ Mais precisamente em Kant, para o qual Wolff coloca-se como referência primordial.

que esse tema ganhará mais destaque. Com efeito, é nesta obra que se pode notar um maior tratamento para o conceito de representações inconscientes, como constituindo "um campo imenso do qual não temos consciência" e que, ao contrário do campo das "representações claras", é tido como "infinitamente poucos pontos acessíveis à consciência" (KANT, 2009, p. 35).

A reflexão de Kant acerca de uma atividade inconsciente reporta a uma série de autores, mais especificamente Leibniz, Wolf, Meyer e Baumgarten, com os quais manteve um diálogo crítico, no que se refere à concepção de cada um acerca das representações inconscientes. Conforme destaca Rocca (2007), a posição de Kant frente a esses autores é particularmente ampla, pois concebe as representações inconscientes positivamente, no sentido de serem elas parte da atividade intelectiva.

Nestes termos, Wolff é um autor relevante para a concepção de um conceito de representação inconsciente em Kant. O conceito de clareza e obscuridade em Wolff representa metaforicamente a consciência enquanto algo que aclara ou que ilumina as representações para que elas sejam cada vez mais conscientes e saiam assim da obscuridade. Kant mantém essa consideração acerca dos termos claro-obscuro, presente, sobretudo, nas *Reflexões*. Mas, ainda assim, o termo obscuro passará a referirse a um duplo conceito mais amplo do que se pode encontrar em Wolff: o de grau e inconsciente. O primeiro termo já está presente em Wolff, mas o segundo constitui uma nova maneira de considerar o termo obscuro e que será devidamente exposta ao longo do artigo.

Contudo, Kant refere-se a Wolff em vários momentos em diversas considerações críticas; nesse sentido podemos elencar o conceito de nota e a separação entre faculdade "inferior" e "superior"⁴ baseada na oposição clara-obscura (MARTINEZ,

_

⁴ A divisão entre faculdade superior (intelecto) e inferior (sensibilidade), ocorre mais exatamente em Baumgarten, porém Kant refere-se comumente a Wolff em suas críticas (Kant refere-se em grande parte a uma tradição na qual estão inscritos Leibniz, Wolff e Baumgarten), apesar de em Wolff o ânimo ser

2014, p. 37). O que cabe destacar é que Wolff constitui uma referência importante para Kant conceber um conceito próprio de representação inconsciente que passa a designar um campo amplo que abarca os âmbitos mais diversos: há representações inconscientes na sensibilidade, conforme a *Antropologia de um ponto de vista pragmático;*⁵ na atividade intelectiva, conforme a *Crítica da razão pura*, neste caso na formação de conceitos⁶ e no esquematismo do entendimento;⁷ assim como no âmbito estético na *Crítica da faculdade do juízo*⁸ e *Antropologia de um ponto de vista pragmático.*⁹

1. O conceito de inconsciente em Wolff

Embora comumente as obras de Leibniz e Wolff sejam em grande parte sistemas filosóficos estudados em paralelo, onde Wolff aparece como um divulgador da filosofia de Leibniz, cabe ressaltar aqui a correção no que diz respeito a tal tradição muito difundida, que constitui um grande equívoco e uma maneira simplificada de entendermos os dois filósofos (RUIZ, 2000)¹⁰. No caso específico de Wolff, pode-se situar uma concepção própria e mesmo objeções e reformulações a determinados conceitos de Leibniz, como o de Mônada, que apesar de constituir uma importante referência para Wolff não deixa de ser por ele reinterpretada em outros termos (RUIZ, 2000). Da mesma forma, acerca

concebido por meio de uma única faculdade absoluta, sendo a sensibilidade e o intelecto não faculdades, mas atividades do ânimo.

⁵ Na paginação da academia, AK135.

⁶ Na paginação da academia, B756.

⁷ Na paginação da academia, B180.

⁸ Na paginação da academia, B57.

⁹ Na paginação da academia, AK136.

 $^{^{\}rm 10}$ Trata-se do excelente estudo de Ruiz apresentado no mesmo volume em que consta a tradução da obra de Wolff.

de um conceito de inconsciente, Wolff, apesar de manter a divisão de Leibniz em representações claras e obscuras, apresenta uma nova concepção, em que podemos destacar o conceito de grau, assim como a relação mais explícita entre clareza e consciência, e, inversamente, entre obscuro e não consciente.

1.1. Pensamentos claros, distintos e obscuros

Wolff segue a classificação de Leibniz, apresentada sobretudo nas Meditationes, 11 acerca da divisão das representações entre claras e obscuras¹², onde a representação clara, por sua vez, pode ser distinta ou confusa (WOLFF, 2000, p. 123, §275). "Pensamentos" - termo mais utilizado por Wolff no lugar de representação claros são aqueles que "estão constituídos de tal maneira que sabemos muito bem o que percebemos, e podemos distinguir do resto" (WOLFF, 2000, p. 106, §198, tradução nossa); os pensamentos distintos são aqueles em que é possível também, além da clareza suficiente para a diferenciação, a determinação da diferença entre as partes (WOLFF, 2000, p. 108, §206); já os obscuros constituem aqueles pensamentos nos quais "nem nós mesmos sabemos bem o que dizer a respeito daquilo que percebemos" (WOLFF, 2000, p. 107, §199, tradução nossa), ou seja, nos quais não se é possível distinguir as partes de um objeto, suas notas características.

Neste contexto, o conceito de nota assume uma importância central em Wolff, já que claridade e obscuridade consistem essencialmente na presença ou falta de distinção das notas: "A claridade surge, portanto, do tomar nota da diferença

 $^{\rm 12}$ Também Descartes já efetua essa classificação, ver Princípios da filosofia, em particular os §45, §46 e §47.

¹¹ "Est ergo cognitio vel obscura vel clara, et clara rursus vel confusa vel distincta, et distincta vel inadaequata vel adaequata, item vel symbolica vel intuitiva: et quidem si simul adaequata et intuitiva sit, perfectissima est" (LEIBNIZ, 1980, A2).

em um multíplice; a obscuridade, ao contrário, da falta deste tomar nota" (WOLFF, 2000, p. 107, §201, tradução nossa). Nestes termos, também a representação confusa, embora seja uma espécie de representação clara, adentra o campo do obscuro, pela falta da distinção de notas suficientes à diferenciação de uma representação de outra, como quando se dá a impossibilidade de explicar a diferença de uma cor de outra:

Ocorre muito frequentemente, e em muitos homens na maioria das vezes, que não podem determinar a diferença daquilo que pensam e, portanto, tampouco podem dizer a alguém quando se solicita. Então são nossos pensamentos confusos. Por exemplo, quando vejo a cor vermelho, eu sei distinguir perfeitamente do verde, do amarelo e do resto das cores, e o pensamento que tenho, segundo isto, é claro. Porém, não posso determinar a diferença, e tampouco falar dele, quando alguém me pergunta, em que é diferente a cor vermelha da verde e de qualquer outra cor. E, portanto, é confuso meu pensamento a respeito disso (WOLFF, 2000, p. 110, §214, tradução nossa).

O pensamento confuso, assim, não oferece notas distintivas o suficiente para a distinção; isto porque a clareza está contida na representação confusa em um *grau* menor, que mais tende para o obscuro: "a confusão é uma carência de graus ulteriores de claridade e, de acordo com isso, surge quando nossos pensamentos são obscuros com respeito às partes" (WOLFF, 2000, p. 110, §215, tradução nossa). O conceito de grau¹³ também é um ponto central e de destaque para a compreensão da divisão das representações em Wolff, que aponta para a escala clarezadistinção-confuso-obscuro como algo a ser compreendido em torno de uma variação de grau. Com efeito, se quanto mais o grau de clareza aumenta, mais os pensamentos se tornam

¹³ Embora a divisão claro-distinto-obscuro aponte para um conceito de grau em Leibniz, isso dá-se apenas de maneira implícita.

_

distintos¹⁴ – a própria distinção também possuindo graus¹⁵ –, inversamente, quanto mais o grau de clareza decresce, mais o pensamento torna-se confuso e obscuro:

quando não se dá claridade alguma no conjunto de coisas que pensamos ao mesmo tempo, não podemos então distinguir entre si nada em absoluto [...], e não reina nem claridade nem distinção no pensamento completo que abarca tudo o que pensamos simultaneamente. E nos encontramos, por isso, no estado de pensamentos obscuros. (WOLFF, 2000, p. 110, §213, tradução nossa).

1.2. A metáfora da clareza e o campo da obscuridade

Para expor o conceito de clareza e obscuridade, Wolff faz uso da metáfora da luz em oposição às trevas. Com efeito, as duas expressões são referidas ao sentido da visão (WOLFF, 2000, p. 107, §200), já que a claridade remete à ideia de luz, ou seja, assim como a luz solar ilumina os objetos do mundo para que se tornem perceptíveis, a claridade lança sua luz sobre o pensamento para que possamos perceber a diferença de uma percepção para outra: "Do mesmo modo que podemos chamar luz no mundo aquilo que torna visível os corpos que nos rodeiam [...] assim chamamos também luz a aquilo que em nossa alma aclara os pensamentos"

¹⁵ "cuando podemos determinar la diferencia dentro de aquello que pensamos, tenemos el primer grado de la distinción. Lo que determinamos como diferencia encierra, a su vez, algo en sí a partir de lo cual se lo conoce y se lo diferencia de otras cosas. Si podemos determinar aún más esta diferencia, tenemos entonces el segundo grado de la distinción y así sucesivamente hasta que ya no tengamos más que pensamientos claros de la diferencia" (WOLFF, 2000, p. 109, §210).

¹⁴ "El primer grado de la claridad no posee distinción (...); con el segundo grado de la claridad comienza el primer grado de la distinción (...) y así sucesivamente" (WOLFF, 2000, p. 109, §211).

(WOLFF, 2000, p. 107, §203, tradução nossa). De maneira oposta, o obscuro é a ausência dessa luz, ou como Wolff designa em outro lugar, é Tenebra in anima, "trevas da alma" (WOLFF, 1709). Mas a questão ainda mais pertinente é a equiparação explícita ao conceito de clareza e distinção como o que implica consciência e, por sua vez, o obscuro à privação da luz a uma "não consciência". A claridade, assim, ao diferenciar as coisas umas das outras na multiplicidade, e a distinção, ao tornar clara também as partes desta representação já clara no seu todo, fazem surgir a consciência: "a claridade e a distinção nos pensamentos fundamentam a consciência" (WOLFF, 2000, p. 240, §732, tradução nossa), e de maneira inversa, a incapacidade de estabelecer diferenças entre as coisas, como a que caracteriza os estados de pensamento obscuros, ocasionam a total indistinção do pensamento e a supressão da consciência de si mesmo¹⁶ - e, portanto, a não consciência. Conforme esclarece Wolff, "Em tal caso não seríamos conscientes de nenhuma coisa [...], consequentemente tampouco de nós mesmos [...]. É assim que a total obscuridade suprime a consciência" (WOLFF, 2000, p. 240, §731, tradução e itálico nossos).

Agora, no que concerne a definir um campo próprio para o obscuro, em Wolff, temos que o âmbito das sensações é próprio da obscuridade: "nossas sensações são em sua maior parte confusas e obscuras" (WOLFF, 2000, p. 132, §319, tradução nossa). Porém, Wolff também situa nos conceitos e no conhecimento a presença do obscuro. No caso dos conceitos, o autor afirma que "possuem precisamente a mesma diferença que expliquei antes com respeito aos pensamentos em geral, a saber, que são *claros* ou *obscuros*" (WOLFF, 2000, p. 123, §275, tradução nossa). Mas essa presença do obscuro não aponta para uma consideração positiva, pois o que é obscuro é sempre tido como algo imperfeito, como indica a divisão do conhecimento entre perfeito e imperfeito, em que este último provém, sobretudo, do que é obscuro e confuso,

¹⁶ Para Wolff, a consciência de si mesmo dá-se a partir da consciência da diferença entre as coisas externas e o eu (WOLFF, 2000, §730).

pois "se originam, a partir da confusão e da obscuridade, os graus de conhecimento imperfeito" (WOLFF, 2000, p. 124, §281, tradução nossa). Esta visão mais negativa já fora outrora mencionada em sua obra Psicologia empírica (2012), em que o obscuro aparece como um defeito, uma falta (defectus privatio), tendência, aliás, presente tanto em Leibniz quanto em Baumgarten. Ademais, é por ser essencialmente um defeito que o obscuro tende sempre a não o ser completamente, como aponta Wolff, quando introduz o conceito de atenção, como aquilo que direciona a luz para o pensamento (WOLFF, 2000, p. 122, §268). É por meio da atenção que sempre se pode ser capaz de "aclarar" um pensamento, e o obscuro trata-se assim de uma forma de desatenção que pode, de certa forma, ser "corrigida".

2. O conceito de inconsciente em Kant

Em uma passagem da Crítica da razão pura (KANT, 2012, p. 290), Kant desenvolve uma breve reflexão sobre o conceito de representação cujo intuito é fornecer uma classificação geral das representações. Para isso, ele parte do conceito mais extenso, a saber, a classe ou o gênero superior da "representação em geral" (Vorstellung überhaupt). A partir daí, ele apresenta apenas um único ramo da divisão deste conceito geral e se ocupa exclusivamente das suas partições. A este ramo ele denomina de "representações com consciência" (Vorstellungen mit Bewusstsein). Naturalmente, a partir deste fato, surge a seguinte questão: qual seria, então, o outro ramo da "representação em geral" não tratado sistematicamente por Kant nesta (e talvez em nenhuma outra) passagem? A suposição óbvia é a de que este ramo tácito se refere às representações opostas àquelas mencionadas por ele, a saber, "representações sem consciência" (Vorstellungen ohne Bewusstsein).

Portanto, ao tratar explicitamente das representações com consciência (*mit Bewusstsein*), Kant remete implicitamente em suas obras a outra forma de representações: aquelas sem

consciência (ohne Bewusstsein). Em suas palavras: "o gênero e a representação em geral [...], sob ela está a representação com consciência" (KANT, 2012, p. 290). A respeito desta classificação, Rohden (2009, p. 3) comenta que "sob as representações em geral poderia supor-se um segundo grupo, o das representações sem consciência". Isto porque – continua ele – segundo a escala de Kant, "todas as demais representações que se seguem são especificações desta representação com consciência" (ibidem).

De fato, enquanto nesta passagem apresenta-se apenas uma indicação implícita de uma espécie de representação, as sem consciência, em outras obras – como é o caso da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* –, Kant afirmará explicitamente a existência de tal espécie de representações. Porém, um conceito definido para tais representações apenas pode ser encontrado se recorrermos a várias obras do filósofo, pois Kant tratará deste tema de forma dispersa, no sentido de que não dedica um livro à questão, mas tece considerações ora breves, ora mais extensas em obras diversas. Quando realizado este empreendimento, pode-mos, contudo, identificar um conceito de representações sem consciência, ou inconscientes.

Kant apresenta uma terminologia variada para tratar das representações sem consciência e, nisso, estamos nos referindo particularmente a dois termos: inconsciente (unbewusst) e obscuro (dunkel). Em termos gerais, uma representação obscura é aquela que dispõe de certa consciência, porém, uma consciência débil, isto é, uma representação que é dotada de um grau mínimo de consciência. Em geral, o termo obscuro está ligado ao conceito de grau, que em Kant assume a divisão, também presente em Wolff, que varia entre claro, distinto e obscuro, onde a metáfora do claro, como consciência que pode vir a iluminar as representações obscuras, permanece. Assim, se a alma humana

puder ser representada como um "mapa", "as partes iluminadas são, certamente, claras, as particularmente brilhantes são as representações distintas, e aquelas partes não iluminadas, as representações obscuras" (KANT, 2012, p. 353, tradução nossa).

A obscuridade é caracterizada pela debilidade da consciência e constitui um campo de representações sempre mediatizadas por outras representações, ou seja, são representações das quais não se tem um acesso direto pela consciência:

podemos ser mediatamente conscientes de ter uma representação, mesmo que não sejamos imediatamente conscientes dela. Tais representações se chamam então obscuras, as restantes são claras, e se a sua claridade se estende às representações parciais de um todo delas e à sua ligação, são representações distintas, do pensar ou da intuição (KANT, 2006, p. 35).

Já o termo inconsciente (*unbewusst*) aparece em poucas obras de Kant, e sempre em sentido adjetivado (nunca um substantivo, das *Unbewusste*, como, por exemplo, em Freud). Podemos destacar duas referências em que o termo é utilizado no original alemão: os textos dos *Manuais dos cursos de lógica geral e a Antropologia de um ponto de vista pragmático*.

Ao optar por dois termos diferentes, obscuro (dunkel) e inconsciente (unbewusst), poderíamos pressupor uma determinada diferença semântica entre os dois; entretanto, como não é precisamente o foco do trabalho presente empreender tal análise, utilizaremos, genericamente, o termo inconsciente como se referindo a representações que estão fora da consciência. A princípio, podemos tranquilamente trabalhar com a acepção mais abrangente deste termo, como então procedem comentadores como La Rocca (2008) e Heidemann (2012).

As representações inconscientes, conforme Kant, estão presentes nos mais variados campos, desde o teórico, prático

e estético¹⁷ até um campo de percepções¹⁸ obscuras sensíveis, ou como mais exatamente afirma Rohden em concordância com a divisão já feita por Rocca:

¹⁷ Cabe observar que esta separação entre a sensação e os três campos (teórico, prático e estético), constitui apenas uma forma de elencar os numerosos exemplos de Kant acerca das representações obscuras. Para sermos mais claros, a sensibilidade não está separada dos outros campos, se designamos um 'campo da sensibilidade' é apenas uma forma de referir aos exemplos que Kant apresenta acerca de uma obscuridade referente especificamente a percepções sensíveis, em especial, as da visão que são sempre as mais numerosas: nesta perspectiva encaixa-se o exemplo da visão que, estando inscrita dentro de certos limites, impede a percepção de objetos que embora o ser humano veja, não se tornam conscientes. Na seção da Antropologia de um ponto de vista pragmático, intitulado Das representações que temos sem delas sermos conscientes, ao referir-se as representações obscuras como "(...) o campo das nossas sensações e intuições sensíveis" (Antropologia, AK135), encontramos um exemplo dessa natureza, "Tudo o que o olho armado descobre por meio do telescópio (por exemplo, na lua) ou do microscópio (em animálculos em infusão) é visto por nossos meros olhos, pois aqueles meios ópticos não trazem mais raios de luz, e com eles, imagens produzidas no olho, do que as que se pintariam na retina sem aqueles instrumentos artificias, que apenas ampliam para nos tornar conscientes delas." (Antropologia, AK 135-136); dentre outros, o exemplo da incapacidade de percepção da força magnética também pode ser citado neste sentido (Crítica da razão pura, B273). Cabe ainda observar, que a divisão meramente formal, entre o campo da sensação e o campo teórico, prático e estético, é um recurso admitido e comumente utilizado pelos estudos acerca do conceito de inconsciente em Kant, é o caso de ROCCA, por exemplo (2007, p. 82).

¹⁸ Como explica Almeida (2013, p. 32), a "percepção, como sabemos, é um termo técnico kantiano que significa *qualquer representação*, mas, em particular, a intuição sensível, acompanhada de consciência" (itálico nosso). De modo mais preciso, a percepção é qualquer representação acompanhada de algum grau de consciência, ainda que muito obscuro. Assim, utilizaremos o termo *percepção* para nos referirmos ao âmbito da sensibilidade.

Kant tem uma concepção positiva do inconsciente, que envolve uma variedade de operações: percepções obscuras sensíveis de pequenas partes de um objeto só compreensível em sua totalidade (Via Láctea); sentimentos obscuros, pressentimentos etc., que envolvem atos de reflexão realizados inconscientemente; atividade reflexiva inconsciente de diferentes formas; - representações mais complexas metafísicas ou morais, a serem esclarecidas; cursos de representações imaginativas: muitas vezes somos "um jogo de representações obscuras"; o entendimento como um lugar de atividades espirituais parcialmente inconscientes (ROHDEN, 2009, p. 7).

Os exemplos são, quanto a esse ponto, abundantes nas obras de Kant: no campo da sensibilidade, são obscuras certas percepções que são mediatizadas por outras – é tendo em vista o todo que inferimos as partes que não são dadas à consciência –, é o caso da percepção da via láctea, ou de um "homem em prado"; em ambos os casos, não há uma consciência das partes constituintes, senão de maneira mediatizada (no caso primeiro, as estrelas individuais da via láctea só podem ser percebidas pela mediação do telescópio, e no segundo, a conclusão de que de fato seja um ser humano que vejo, mesmo não estando consciente das partes que lhe são constituintes, como, a boca, nariz, olhos, etc., é feita por inferência dessas percepções parciais das quais não se tem consciência).

No âmbito teórico há também representações inconscientes, como na definição de um conceito, tanto empírico, como aquele dado a priori, pois o conceito "tal como é dado, pode conter muitas representações obscuras que não percebemos ao analisá-lo, muito embora o utilizemos sempre na aplicação" (KANT, 2012, p. 540). Também o entendimento, embora sempre seja capaz de obter um resultado correto, conserva grande parte de seus fundamentos de uma maneira inconsciente:

O certo é que, se a solução de uma questão se baseia nas regras universais e inatas do entendimento [...], é mais inseguro buscar princípios estudados e artificialmente estabelecidos [...] e tirar sua conclusão de acordo com eles, do que deixar a decisão aos fundamentos-dedeterminação do juízo que se encontram em massa na obscuridade da mente, a que se poderia chamar de tato lógico, onde a reflexão torna representável o objeto por muitos lados e obtém um resultado correto, sem se tornar consciente dos atos que ocorrem no interior da mente (KANT, 2006, p. 39).

No domínio prático, também grande parte dos fundamentos da moralidade permanece, de todo, inconsciente, ou obscuro ao ser humano, o que não os impede de tornarem-se claros pela própria atividade filosófica, ou seja, embora o agir moral sempre envolva a consciência – o indivíduo deve ser consciente de seus atos e, portanto, responsável por eles – os princípios que envolvem a moralidade nem sempre são absolutamente claros para o sujeito, de modo que cabe ao filósofo torná-los claros. Trata-se, pois, sempre de uma *análise*, de iluminar o que já é existente¹⁹:

¹⁹ Na Antropologia Friedländer (em: Lectures On Anthropology), Kant afirma que as representações obscuras são "a maior ocupação dos filósofos" (2012, p. 55, tradução nossa). Este é o caso em que se acham muitas representações, já que "o campo das representações obscuras é amplíssimo", as quais os filósofos se debruçam a esclarecer, como se tratasse de uma espécie de "ciência" específica: "de fato, existem ciências desse gênero, é a filosofia analítica, a qual esclarece as representações obscuras para descobri-las" (KANT, 2012, p. 56, tradução nossa). Neste mesmo sentido, encontramos os exemplos de obscuridade na moralidade, e trata-se novamente do empreendimento de tornar consciente o que já existe de forma obscura, como é o caso do conceito de virtude: "Assim é a moralidade pela maneira de explicação da virtude. Devese apenas tornar a outra pessoa consciente de suas ideias, pois o conceito de virtude já existe nela" (KANT, 2012, p. 56, tradução nossa). Também podemos, nesta mesma perspectiva, acrescentar a interpretação de Madrid (2012, p. 214): "Um último grupo de representações obscuras, as quais possuem sua raiz na

Os princípios da moralidade e da metafísica se encontram em nós em obscuridade, e o filósofo tão somente nos aclara e desvela. É como se este jogasse um raio de luz sobre o ângulo obscuro de nossa alma (KANT *apud* MARTINEZ, 2014, p. 41, tradução nossa).

No campo estético, a imaginação é, pois, a faculdade que, estando menos sob a pressão das outras faculdades, embora esteja em concordância com o entendimento, é sempre capaz de mais originalidade. Dentre os exemplos de uma atividade inconsciente na imaginação, dentre tantos, podem ser citados o caso da elaboração do "ideal da beleza", em que a imaginação "sabe de um modo totalmente incompreensível a nós" evocar incontáveis conceitos e imagens passados, sendo ainda capaz de compará-los entre si e deles extrair um intermediário (KANT, 2010, p. 79-80); e ainda o exemplo do músico elaborando uma *fantasia*,²⁰ já que, compondo livremente, ele ajuíza acerca de cada uma das notas de maneira inconsciente:

Quando um músico toca com dez dedos e ambos os pés uma fantasia ao órgão, e ainda fala com alguém que se encontra ao seu lado, um grande número de representações é em poucos instantes despertado na alma, representações que exigiriam,

metafísica e na moral, recordam ao filósofo que ele deve trazê-las à clareza, com o propósito de descobrir as forças ocultas que as movem [...]" (tradução nossa).

²⁰ A fantasia foi um gênero musical tipicamente alemão do século XVIII. Consistia em uma livre improvisação, em detrimento das regras formais da composição. A esse respeito, Kneller comenta que na fantasia a tarefa do músico era "instigar e acalmar muitas emoções na conclusão" e "efetuar a repentina mudança inesperada de uma emoção para a outra" de forma que "a emoção do púbico domine" (KNELLER, 2010, p. 175). O exemplo do músico compondo uma fantasia, como ilustrando uma representação da qual não se tem consciência, já é brevemente aludido por Kant na Crítica da razão pura, em nota de rodapé, B415, na numeração da edição da academia.

-

para a escolha de cada uma delas, um juízo particular sobre sua adequação, porque um só movimento de dedo destoando da harmonia seria imediatamente percebido como dissonância; e no entanto o todo produz tal resultado, que o músico, improvisando livremente, desejaria com frequência conservar, em notação musical, algumas das peças executadas por ele, peças que, por mais que se aplique, talvez não tenha esperança de realizar de novo tão bem (KANT, 2006, p. 35-36).

3. A referência crítica a Wolff

Para a elaboração de um conceito de representação não consciente, ou inconsciente, Kant contava com uma longa tradição, a qual havia travado um exaustivo debate acerca de tal temática. Partindo de Leibniz, essa tradição racionalista composta por Wolff, Meyer e Baumgarten vai teorizar acerca da representação, e o conceito de obscuro aparecerá como uma privação e como característica distintiva da faculdade inferior, a sensibilidade.²¹ Kant não era indiferente a tais teorizações. A tradição racionalista desempenha mesmo uma real importância para o conceito de representação inconsciente em Kant, conforme destaca Heidemann: "Kant, para sua discussão da possibilidade

²¹ Essa concepção aparecerá, sobretudo, em Leibniz: "as ideias que provêm dos sentidos são confusas, sendo-o também as verdades que deles dependem, ao menos em parte; ao passo que as ideias intelectuais e as verdades que delas dependem são distintas, sendo que nem as ideias nem as verdades têm sua origem dos sentidos" (LEIBNIZ, 1980, p. 37), e também em Baumgarten: "Segue-se que a obscuridade é um grau menor do conhecimento, enquanto que a clareza é um grau mais elevado, e, pela mesma razão, a confusão é um grau menor do conhecimento, ou ainda, um grau inferior, enquanto que a distinção é um grau maior ou então um grau superior. A faculdade de conhecer alguma coisa de modo obscuro e confuso, ou então de modo indistinto, é, pois, a faculdade do conhecimento inferior" (BAUMGARTEN, 2014, p. 201-201).

das representações inconscientes, até certo ponto, conta com os racionalistas antecedentes" (2012, p. 39, tradução nossa).

Entretanto, a leitura de Kant destes autores é particularmente crítica com relação à terminologia empregada por eles (HEIDEMANN, 2012, p. 39), bem como a determinados conceitos. Será nessa crítica empreendida mediante o diálogo com tais obras que mais propriamente emergiráa "teoria" do inconsciente na filosofia de Kant. Dada a limitação e conforme a proposta deste trabalho, apresentaremos, então, algumas destas críticas de Kant – particularmente à concepção de Wolff.

Em várias obras, Kant destaca o equívoco de Wolff, ou da tradição Leibniz-Wolffiana, com relação ao termo *confuso*. Uma representação, conforme Kant, ou é clara, ou obscura. Se a clareza se estende "à composição da representação", ela se chama distinta, do contrário, é *indistinta* (KANT, 2009, p. 37-38). A representação distinta, pois, não pode se opor à confusa, conforme a terminologia utilizada por Wolff, conforme já frisamos, já que "Aquilo que é confuso tem de ser composto; pois no simples não há ordem, nem confusão. Esta última é, pois, a causa da indistinção, não a definição dela" (KANT, 2009, p. 38). Ainda nos *Manuais dos cursos de Lógica* – ou como é conhecida, "lógica *Jäsche*" –, ao mencionar explicitamente Wolff e seus discípulos, a mesma crítica é apontada com relação ao termo:

Os discípulos de Wolff chamam confusa (*verworren*) a representação indistinta. Mas a expressão é imprópria, pois o oposto da confusão (*Verwirrung*) não é a distinção (*Deutlichkeit*), mas a ordem (*Ordnung*). Sem dúvida a distinção é um efeito da ordem e a indistinção um efeito da confusão, e todo conhecimento confuso é também indistinto. Mas não vale a proposição inversa – todo conhecimento indistinto é confuso –, pois, nos conhecimentos em que não há multiplicidade, não há ordem, mas não há também confusão (KANT, 2002, p. 71).

Da mesma maneira, o critério de "clareza-obscuridade" leva em conta apenas um aspecto lógico, meramente formal, que jamais pode fornecer uma base para a divisão entre faculdades "superiores" (intelecto) e "inferiores" (sensibilidade), pois o aspecto que distingue as faculdades entre inferior e superior é o aspecto transcendental, a sensibilidade como uma passividade, "como receptividade das sensações" e o intelecto como uma "espontaneidade da apercepção" (KANT, 2009, p. 40). Conceber a sensibilidade como o campo de representações confusas²² e o intelecto como o campo da distinção consiste em um grande "equívoco" inaugurado pela tradição de Wolff:²³

A filosofia leibniz-wolffiana adotou por isso um ponto de vista inteiramente equivocado, em todas as investigações sobre a natureza e a origem de nossos conhecimentos, ao considerar meramente lógica a diferença entre sensibilidade e o intelecto, quando ela é na verdade transcendental e não diz respeito somente à forma da clareza ou obscuridade, mas sim à origem e ao conteúdo dos mesmos (KANT, 2012, p. 88).

²² Ainda sobre tal ponto, na *Crítica da Razão Pura*: "Imaginar, pois, que a nossa sensibilidade não fosse mais do que a representação confusa das coisas, contendo simplesmente aquilo que pertence a elas em si mesmas, mas apenas como um amontoado de características e representações parciais que não pudéssemos separar umas das outras conscientemente, seria uma deturpação dos conceitos de sensibilidade e fenômeno e tornaria inútil e vazia toda a doutrina dos mesmos" (KANT, 2012, p. 87).

²³ Cabe observar que sensibilidade e intelecto não constituem faculdades separadas. Para Wolff, existe uma única faculdade, o ânimo, tido como uma força representativa de onde se originam todas as mais variadas atividades (as sensações, a imaginação, a atenção, o entendimento, etc.) (ARAUJO; PEREIRA, 2014, p. 1661). Kant, ao contrário, não considera o ânimo como uma única faculdade; com efeito, a filosofia transcendental concebe três faculdades para o ânimo, reguladas por diferentes princípios: faculdade do conhecimento, do sentimento do prazer e desprazer e da faculdade de apetição (*Crítica da faculdade do juízo*, 2010, p. 40-42).

Porém, conforme o já exposto acerca da concepção de Wolff sobre a representação inconsciente, a crítica acima talvez possa ser relativizada, já que Wolff considera possível que o intelecto varie em graus e, assim, também é capaz de possuir uma certa obscuridade.

Da mesma forma, de acordo com o que já foi exposto nos dois tópicos de Wolff e Kant, nota-se que o último mantém em sua concepção de representação inconsciente a referência aos termos utilizados por Wolff, o claro e o obscuro. Kant ainda mantém a metáfora da clareza presente em Wolff: a consciência é como uma luz que aclara nossas representações outrora obscuras, e isto em uma concepção mais ampla para incluir as representações tanto no âmbito teórico, como prático e estético.

Outra referência crítica que se dirige particularmente a Wolff diz respeito ao conceito de nota, conceito este que embora já possa ser identificado em Leibniz, com Wolff ganha mais amplitude. A nota designa a parte de uma multiplicidade, e a distinção, conforme Wolff, consiste em tornar claras as notas. Kant concorda em geral com o conceito de nota nos termos de Wolff, ao afirmar que uma nota é aquilo que "constitui, numa coisa, uma parte de seu conhecimento, ou, o que é o mesmo, é uma representação fundamento considerada do conhecimento de uma representação total" (KANT, 2002, p. 119) – mas não ocorre o mesmo com o conceito de distinção. Com efeito, para Kant, a distinção não pode resumir-se na decomposição das partes, no tornar claras as notas, pois há uma diferença essencial em "tornar um conceito distinto" e "formar um conceito distinto": no primeiro, a distinção consiste em tornar claras as notas existentes, mas, no segundo, as notas surgem apenas no final, produto da síntese. É assim que, conforme Kant,

Os lógicos da escola wolffiana faziam consistir toda operação de tornar distintos os conhecimentos (*Deutlichmachung*) em sua decomposição (*Zergliederung*) pura e simples. Mas nem toda distinção repousa sobre a análise (*Analysis*) de um conceito dado,

o que só ocorre em relação às notas que só entram no conceito como partes do possível conceito total (als Teile des ganzen möglichen Begriffs) (KANT, 2002, p. 129).

A crítica ao conceito de nota que Kant efetua tem por objetivo, assim, desvincular a relação entre consciência e nota (MADRID, 2012, p. 198) que pode ser encontrada na tradição racionalista, explícita ou implicitamente, de maneira que é possível, pois, para Kant, formar um conceito do qual me torno consciente, sem, contudo, ter em vista as notas – que surgem apenas no fim. O obscuro não é, assim, um "defeito", uma "privação" que tem como consequência a indistinção das notas. Trata-se de outro registro, de um campo amplo e positivo, conforme a concepção de Kant.

4. Considerações finais

De acordo com o que foi brevemente exposto, pode-se afirmar que em Kant e Wolff o conceito de representação inconsciente está presente em uma referência direta aos termos claro e obscuro. Isso dá-se, entretanto, de maneira diversa nos dois filósofos. Em Wolff o conceito de clareza aparece como capacidade de tornar consciente uma representação obscura. Os graus de obscuridade variam assim como os graus de clareza, e, portanto, pode-se pressupor uma infinidade de estados intermediários entre um e outro. O conceito de grau, neste sentido, vai demonstrar sua continuidade em Kant: a consciência possui graus que variam entre claro-distinto-obscuro, e até mesmo as faculdades poderão variar em graus. Além disso, Kant manterá a metáfora da luz: onde há luz, há claridade, ou seja: é a consciência que, aclarando a representação obscura, torna-a consciente.

Essa permanência de alguns pontos da concepção de Wolff indica-o como uma referência importante para Kant. De fato, a linha dos filósofos conhecida como "racionalistas" dentre os quais se situa Wolff – e também Leibniz, Meyer e Baumgarten – foi de todo importante para que Kant concebesse um conceito

de representação inconsciente. Entretanto, a leitura de Kant com relação a Wolff é sempre também crítica em torno de alguns pontos. A divisão das faculdades entre inferiores e superiores com base na distinção claro-obscuro, por exemplo, é uma objeção feita por Kant a Wolff, assim como a outros autores que partilhavam dessa concepção, como Leibniz e Baumgarten: a sensibilidade seria uma "faculdade" inferior pelo fato de conhecer obscuramente, enquanto o intelecto seria uma "faculdade" superior por conhecer mais distintamente. O conceito de nota como algo similar à consciência constitui também outro ponto de crítica a Wolff. Esses aspectos em torno dos quais Kant centraliza sua discordância destacam outro ponto importante: a nova maneira de Kant conceber a representação inconsciente, que passa a designar um amplo campo de representações presentes tanto no âmbito teórico quanto no prático e no estético. O ato de atribuir à faculdade inferior o que é obscuro perde assim todo sentido de ser, pois mesmo os mais elevados processos cognitivos ocorrem em alguma medida de forma inconsciente. O mesmo acontece com o conceito de nota: uma representação inconsciente pode ter tantas notas quanto uma que é consciente. Mas todos esses pontos então em volta da forma de Kant conceber o conceito de obscuro: não apenas um grau, mais um campo de representações autônomas, as inconscientes.

Referências

ALMEIDA, G. A. Kant e a refutação do idealismo. **Analytica**, vol. 17, n. 2, p. 13-50, 2013.

ARAUJO, S. F.; PEREIRA, T. C. Ribeiro. La idea de psicología racional en la Metafísica Alemana (1720) de Christian Wolff. **Universitas Psychologica**, vol. 13, n. 5, p. 1655-1666, 2014.

BAUMGARTEN, G. A. **Metaphysics**. Trad. Courtney D. Fugate, John Hymers. Nova York: Bloomsbury, 2014.

DESCARTES, R. **Princípios da filosofia**. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, S. d.

GÖDDE, G. **Traditionslinien des "Unbewussten"**: Schopenhauer, Nietzsche, Freud. Tübingen: Diskord, 1999.

HEIDEMANN, D. H. "The 'I Think' must be able to accompany all my representations". In: GIORDANETTI, P.; POZZO R.; SGARBI M. (orgs.). **Kant's Philosophy of the Unconscious**. Berlim/Boston: Walter de Gruyter, 2012.

KANT, I. **Manual dos cursos de Lógica geral**. Trad. Fausto Castilho. Edição Bilíngue. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2002.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Trad. Cléia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valerio Rohden. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Trad. Fernando Costa Mattos. São Paulo: Ed. Vozes, 2012.

KANT, I. **Lectures on anthropology**. Trad. Robert R. Clewis. New York: Cambridge University Press, 2012.

KNELLER, J. **Kant e o poder da imaginação**. Trad. Elaine Alves Trindade. São Paulo: Ed. Madras, 2010.

LA ROCCA, C. L'intelletto Oscuro. Inconscio e Autocoscienza in Kant In: _____ (org.). **Leggere Kant**: Dimensioni della filosofia critica. Pisa: Edizioni ETS, 2007.

LEIBNIZ, G. **Novos ensaios sobre o entendimento humano** (Col. Os pensadores). Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LEIBNIZ, G. **A Monadologia** (Col. Os pensadores). Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEIBNIZ, G. Meditationes de cognitione, veritate et ideis. In: GERHARDT, C. I. (org.), **Die philosophischen Schriften von Gottfried Wilhelm Leibniz**, vol. 4. Hildesheim: Georg Olms, 1980.

MADRID, S. N. A Linneaus of Human Nature: The pragmatic Deduction of Unconscious Thought in Kant's Lectures on Anthropology. In: GIORDANETTI, Piero; POZZO Ricardo; SGARBI Marco (orgs.). **Kant's Philosophy of the Unconscious**. Berlim/Boston: Walter de Gruyter, 2012.

MARTÍNEZ, L. M. Las nociones de claridad y oscuridad en los Apuntes de Lecciones de Antropología de la "década silenciosa" de Kant. **Studia kantiana**, n. 17, p. 27-50, 2014.

ROHDEN, V. Representações não-conscientes em Kant. **Revista AdVerbum**, v. 4, p. 3-9, 2009.

RUIZ, A. G. La comunidad leibniziano-wolffiana. In: **Pensamientos** racionales acerca de Dios, el mundo y el alma del hombre, así como sobre todas las cosas en general. Trad. Agustin Ruiz. Madrid: Akal, 2000

WOLFF, C. Psychologia Empirica: Methodo Scientifica Pertractata. Charleston, SC: Nabu Press, 2012.

WOLFF, C. Pensamientos racionales acerca de Dios, el mundo y el alma del hombre, así como sobre todas las cosas en general. Trad. Agustin Ruiz. Madrid: Akal, 2000.